



COMO O BRASIL JOGA O XADREZ GEOPOLÍTICO

Lewis Tambs

Professor da Arizona State University, Tempe, Arizona, EUA. Cientista Político, autor do livro "Latin America: Politics, Economics and Hemisphere Security".

Os presidentes e os políticos passam, mas os imperativos geográficos e as aspirações nacionais permanecem. Nesses 14 anos, desde que meu ensaio *Geopolitical Factors in Latin America* foi publicado pela Praeger em 1965, esta afirmativa tem-se revelado correta.

Naquele ensaio, eu postulava a presença de dois grandes centros estratégicos na América Latina. Contribuindo com os esforços anteriores de Mário Travassos, do Brasil, e de Jaime Mendoza, da Bolívia, eu os identifiquei como o *heartland* de Charcas, aproximadamente a área da Bolívia moderna, por um lado, e o mar do Caribe, por outro. Também afirmei, na época, que Argentina e Brasil estavam envolvidos em uma luta titânica, econômica, demográfica e diplomática, pela hegemonia.

As reações à tese de Charcas foram imediatas. Numa publicação datada de 1965, Rolf Hinder, editor do *Zeitschrift fur Geopolitik* anunciou a formulação de uma nova teoria dos *heartland*. Dois anos depois, Golbery do Couto e Silva escreveu que a Bolívia, juntamente com o Paraguai, Rondônia e Mato Grosso formam a solda que une os setores geopolíticos da América do Sul. Em 1969, Raul Botelho Gonsalvez, da Bolívia, chamou a atenção de seus compatriotas para sua situação estratégica, enquanto outros falavam da continuada confrontação entre as Américas portuguesa e espanhola. Como havia predito no trabalho referido, os comunistas, havendo ganho o controle de Cuba — a chave para o Novo Mundo Mediterrâneo —, subseqüentemente procuraram alcançar o eixo das Américas. A Bolívia deveria ser o foco de sua revolução continental. Concentrando-se em Camiri, Ernesto "Che" Guevara desencadeou uma campanha para conquistar Charcas; mas embora

sua estratégia parecesse correta, mesmo assim seus esforços falharam. O nacionalismo boliviano frustrou a guerrilha de Guevara e ele pagou o preço da derrota em 1967. Desde então, embora a geografia influencie as políticas e os povos, tornou-se claro que apenas os homens fazem a história, e a cena na América Latina mudou dramaticamente.

Marcou 1967 também o ponto de partida para sete anos de um crescimento econômico e industrial sem precedentes no Brasil. Ao contrário de muitos de seus pares, os revolucionários militares brasileiros de 1964 assumiram o poder com um plano. Guiadas pelos intelectuais militares da *Sorbonne* e trabalhando intimamente ligadas aos tecnocratas civís e aos diplomatas que haviam cursado a Escola Superior de Guerra, as Forças Armadas impulsionaram o Brasil na direção do *status* de superpotência. Começando em 1964, os presidentes militares — Humberto Castello Branco (1964-67), Artur da Costa e Silva (1967-69), Emílio Garrastazu Médici (1969-74) e Ernesto Geisel — convencidos de que o Brasil era essencialmente um país ocidental e cristão e de que a estabilidade internacional era básica para o desenvolvimento brasileiro, abandonaram a política externa independente terceiro-mundista do presidente Jânio da Silva Quadros (1961) e João Goulart (1961-64) e se alinharam abertamente com os Estados Unidos.

Mas a ESG e o Itamaraty visavam além do *status* de Estado associado. Tendo como meta o ano 2001 como o ano da emergência do Brasil como superpotência, os ministros do Planejamento e da Fazenda, Roberto de Oliveira Campos (1964-67), Antônio Delfim Netto (1967-74) e Mário Henrique Simonsen, prepararam um programa que serviria como base para uma moderna sociedade industrial. Rejeitando o redistributivismo e estabilizando a situação social, eles iniciaram um programa de formação compulsória de capital, por meio do encorajamento à poupança, da promoção de altos lucros, da compressão salarial e do estímulo aos investimentos estrangeiros. Desta forma, os militares positivistas brasileiros conseguiram acelerar a industrialização, aumentando a assimilação de tecnologia e expandindo a exportação tanto de manufaturados como de produtos agrícolas, até que o Brasil "entre 1968 e 1974, alcançou um dos mais altos índices de crescimento econômico registrados após a II Guerra Mundial". Além disso, o ministro dos Transportes, Mário David Andreazza (1967-1974), norteado por princípios geopolíticos, continentalizou e colonizou o País por meio da construção de uma grande rede de estradas. Tudo isso foi conseguido sem que se colocasse em perigo a elite agrícola existente, que foi induzida a se expandir enquanto o setor industrial atingia seu ponto alto.

Os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão responderam favoravelmente ao modelo brasileiro. Empréstimos, auxílios, investimentos e tecnologia não faltaram à América portuguesa. Reconhecendo a parceria Brasil-Estados Unidos, o presidente Richard Nixon proclamou, durante a visita oficial do presidente Garrastazu Médici a Washington, em dezembro de 1971, que o Brasil era o líder natural da América Latina.

O secretário de Estado Henry Kissinger (1969-77) foi mais longe. Aparentemente, Kissinger queria substituir, apesar da *detente*, o confronto da Guerra Fria

por uma disputa industrial-tecnológico-ideológica. Argumentava-se que os Estados Unidos tinham assegurada a vitória em tal conflito, num mundo multipolar que estava emergindo sob o chamado "equilíbrio do terror" atômico. Kissinger selecionou adequadamente quatro nações para a estreita cooperação com os Estados Unidos, as quais deveriam atuar como centros de estabilidade em suas respectivas áreas: Japão, no Extremo Asiático, Irã, no Oriente Médio, República Federal da Alemanha, na Europa Ocidental e Brasil, na América do Sul.

0 TEXTO TRAÍDO

Infelizmente, os soviéticos não seguiram o texto. Recusando o plano do jogo industrial-tecnológico-ideológico, a URSS usou espertamente a *detente* como uma cobertura e, empregando as suas armas mais eficientes — a agitação e a subversão —, continuou sua política de penetração na área do império econômico norte-americano.

Logo após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos procuraram restringir as ambições soviéticas com a Doutrina de Contenção de George Kennan. Entretanto, a Contenção era basicamente defensiva. A iniciativa passou para os soviéticos. Penetrando através do envolvente sistema de alianças erguido no *rimland* (3) eurasiático, ou Crescente Interior, pela Doutrina de Contenção — essencialmente uma atualização da tese de *sir* Halford Mackinder do poder terrestre *versus* poder marítimo —, os russos começaram a alimentar guerras de "libertação nacional" e a semear a subversão de várias formas. Ao mesmo tempo, ignorando os desejos de seus consumidores, os comunistas concentraram os vastos recursos da área pivô eurasiática na produção de armas nucleares e no desenvolvimento de tecnologia espacial. Em uma década eles quase alcançaram a paridade. A guerra atômica tornou-se impensável para a maioria das pessoas no mundo ocidental; as armas nucleares norte-americanas deixaram de ser um dissuasor eficiente, e o mundo retornou mais uma vez aos clássicos conceitos geopolíticos. Os soviéticos, especialmente o marechal-de-campo V. P. Sokolovsky e o almirante Sergi G. Gorshkov, tendo estudado e digerido *sir* Halford Mackinder, o general Karl Haushofer e o almirante Alfred Thayer Mahan, optaram pela aventura imperial.

Os detentores do *heartland* eurasiático podem desafiar os Povos Oceânicos dos Crescentes Interior e Insular da tese de Mackinder-Kennan. A construção de uma frota de alto-mar e o controle das terras do globo banhadas pelo mar tornaram-se o principal objetivo da política soviética. Por volta de 1959 os russos haviam-se intrometido nos 14 principais e mais sensíveis pontos marítimos do mundo: cinco mares interiores — Mar do Sul da China, Mediterrâneo, Mar do Norte, Mar da Noruega e Caribe; dois canais interoceânicos — Suez e Panamá; e sete passagens críticas — Estreitos de Malaca, Sri Lanka (Ceilão), Chifre da África, Canal de Moçambique, Cabo da Boa Esperança, Gibraltar e Estreitos de Magalhães.

Confrontados pela subversão, pela insurreição e pelo poder naval soviético nas Américas, os Estados Unidos produziram alguma resposta. Cuba foi bloqueada

em 1962 e suprimiu-se uma série de erupções castristas nas bordas do Caribe. Na República Dominicana, uma revolução que ameaçava a vital rota do petróleo através da Passagem Mona, da Venezuela para os Estados Unidos — a Cuba comunista já monitorizava a Passagem Windward —, foi abafada em 1965 pela intervenção militar. Uma Força Interamericana de Paz, formada por fuzileiros navais norte-americanos e um contingente brasileiro sob o comando do ilustre geopolítico Carlos de Meira Mattos, ocupou a ilha. A participação brasileira foi de importância capital porque quando o presidente Castello Branco anunciou a adesão nacional à operação, expressou oficialmente, pela primeira vez, o conceito das fronteiras ideológicas brasileiras: uma posição que teria notáveis conseqüências no futuro.

Em outra parte, a guerrilha de Guevara na Bolívia foi sufocada em 1967, e outro desafio esquerdista a Charcas acabou com a deposição do general Juan José Torres em 1971. Em fins de 1972, os tupamaros do Uruguai foram subjugados, e no ano seguinte a ameaça aos Estreitos de Magalhães foi aliviada pela derrubada do Frap e de Salvador Allender no Chile. Entretanto, a situação se desenvolveu de forma diferente no Sudeste Asiático. Lá os dominós começaram a cair. Vietnã, Cambódia e Laos sucumbiram. Na Europa, Portugal (um dos objetivos, juntamente com a Espanha e Marrocos, do Plano Orã feito pelos soviéticos em 1974) foi sacudido. E, mais importante, Moçambique e Angola caíram. Os Estados Unidos, perturbados por disputas internas, ficaram inermes.

O Brasil, que havia apoiado os Estados Unidos em duas guerras mundiais, e participara resolutamente da Guerra Fria, começou a questionar a determinação norte-americana. Condições econômicas adversas aceleraram a ruptura. Já enfraquecido pela crise do petróleo de 1973 e pela concorrente redução do ímpeto de sua economia, o Brasil, dependente de petróleo importado e com suas linhas marítimas de comunicação — os superpetroleiros vindos do Oriente Médio contornam o Cabo da Boa Esperança — agora potencialmente ameaçadas por forças inamistosas em Moçambique e Angola, anteviu o desastre. Além disso, o florescente comércio marítimo brasileiro com o Japão, já ameaçado pela determinação norte-americana de devolver o Canal do Panamá ao chefe de Estado Omar Torrijos, ficou ainda mais comprometido pela aproximação Washington-Pequim e o equilíbrio de poder no Leste do Mar da China desestabilizou-se com a iminente retirada das forças dos EUA da Coreia do Sul. O Brasil, extremamente sensível a qualquer ameaça a seu comércio de além-mar, porque deve exportar ou morrer, começou a se afastar da dependência dos Estados Unidos.

Seguiram-se outros golpes. Na reunião de Manila do Fundo Monetário Internacional em outubro de 1976, David Rockefeller, do Chase Manhattan Bank, um dos maiores credores do Brasil, criticou a política monetária do ministro da Fazenda, Simonsen, e "recomendou uma aguda redução dos ambiciosos programas brasileiros de desenvolvimento". Os presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter tentaram impedir o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975, pelo qual se fornecerá ao Brasil oito usinas atômicas para suplementar a cara energia do petróleo importado e as projetadas usinas hidrelétricas. Na medida em que a República Federal da Alemanha se recusou a ceder, a confiança deste país e do Brasil na liderança norte-ame-

ricana se deteriorou ainda mais. Aumentou o receio de que os Estados Unidos e a União Soviética estavam secretamente tentando conservar a hegemonia nuclear.

O fim da aliança Brasil-EUA, já enfraquecida pela crise de energia e pelos conseqüentes problemas no balanço de pagamentos, e agravada pela perda do Sudeste Asiático, Moçambique e Angola em 1975, veio em março de 1977. O governo brasileiro, objetando ao que considerou uma interferência em sua política interna, recusou uma ajuda militar norte-americana de 50 milhões de dólares, porque ela viria acompanhada de relatórios sobre a situação dos "direitos humanos" no Brasil, e denunciou unilateralmente o acordo de defesa mútua de 1952. Assim, o Brasil — embora dê boas vindas ao capital e à tecnologia norte-americanos — não segue mais a liderança dos Estados Unidos nos assuntos mundiais, e se alinhou com o Japão e com a República Federal da Alemanha.

OFENSIVA BRASILEIRA

A declaração brasileira de independência dos Estados Unidos foi também marcada por aceleradas ofensivas econômicas e diplomáticas na África, na Antártica e na América do Sul. Preocupado com a ameaça a suas linhas marítimas de comunicações petrolíferas em torno do Cabo da Boa Esperança e tentando manter algo da presença luso-brasileira. Geisel reconheceu os regimes socialistas de Moçambique e Angola e, com a ajuda japonesa, acelerou a expansão de sua frota. O plano previa a projeção naval iraniana em direção ao Sul, ao longo da costa oriental africana até o Cabo da Boa Esperança, enquanto os brasileiros potencialmente unidos ao Uruguai e à Argentina num Tratado da Organização do Atlântico Sul (Sato), cobririam a costa da África Ocidental, desde o Cabo da Boa Esperança, passando pela Guiné (onde os soviéticos já dispõem de instalações navais), até Dakar. A consolidação da Sato foi retardada pela resistência brasileira à inclusão da República da África do Sul, apoiada pelos uruguaios e argentinos. Desde então, este plano foi inviabilizado pela queda do xá do Irã.

As linhas marítimas de comunicação petrolífera e o comércio do Brasil com o Extremo Oriente também promoveram seu crescente interesse pela Antártica. Em 1975, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica, que internacionalizou temporariamente o Continente Branco e o dedicou a finalidades pacíficas e científicas. Mas, depois, suspeitando que o Tratado da Antártica fosse ainda outro esforço dos EUA e da URSS para monopolizar o globo, os brasileiros interessaram-se pela tese da defrontação ou tese dos setores, de Therezinha de Castro, que daria ao Brasil uma pretensão territorial sob a Antártica. A Antártica não apenas controla a rota para o Oceano Índico e para o Oriente Médio, como também controla uma das vias marítimas chave para o Pacífico. Não é portanto surpreendente que o Brasil, desde então, tenha começado a treinar equipes de exploração polar no Reino Unido.

Os brasileiros crêem que, uma vez que cerca de 70% da população mundial e aproximadamente 70% dos recursos naturais inexplorados do globo se localizam nas bordas da bacia do Pacífico e no Oceano Índico, o Pacífico é o oceano do fu-

turo. Atualmente o Brasil mantém cerca de 8% de seu comércio exterior com o Japão, e esta percentagem vem aumentando. Se o Canal do Panamá cair em mãos hostis ao Brasil, existem apenas duas outras rotas marítimas para o Pacífico. A rota do Cabo da Boa Esperança (Rio de Janeiro-Cape Town-Yokohama: 13.383 milhas) é monitorada pelos soviéticos; mas a segunda, ao redor do Cabo Horn é sobremaneira "precária". Dados os azares do Cabo da Boa Esperança e do Cabo Horn, e o atual *status* internacional da Antártida, o Brasil pode estar interessado em áreas onde estabelecer um porto sobre o Pacífico — e a rota através de Charcas é o caminho mais direto através do Continente.

O sonho brasileiro do *status* de superpotência prevê o estabelecimento de uma confederação transcontinental: não pela conquista, mas por meio de hegemonia econômica e política na América do Sul. Se o Brasil basear seu programa no antigo desempenho dos Estados Unidos e da União Soviética, que foram do Atlântico para o Pacífico, este país procurará definitivamente uma passagem transcontinental. A mais viável é a ferrovia Santos-Arica, via Bolívia e Chile. Já a partir de 1919, o Itamaraty têm apoiado as reivindicações bolivianas por um porto no Pacífico. Em sua posse em 1974, o presidente Geisel se ofereceu como mediador para esse assunto a dois de seus hóspedes — os presidentes Hugo Banzer, da Bolívia, e Augusto Pinochet, do Chile. Poucos meses depois, em junho de 1974, Geisel e Banzer assinaram a Convenção de Cochabamba que estabelecia estudos de viabilidade para a construção de uma linha férrea de Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba — o único hiato na ferrovia Santos-Arica. A Bolívia e o Chile também procuraram um acordo, mas um contraplano peruano interrompeu as negociações e o acordo foi abortado no início de 1976. No final do ano, contudo, o Peru, que desde 1968 vinha contestando a liderança brasileira, começou a pender para a órbita do Brasil.

Em outubro de 1976, os presidentes Francisco Morales Bermúdez e Geisel encontraram-se no Alto Solimões para assinar um acordo comercial prevendo a troca de petróleo e cobre peruano por produtos manufaturados brasileiros. O Peru, juntamente com a Bolívia, Equador e Colômbia, também aderiu ao Pacto Amazônico, que estabelece o desenvolvimento conjunto da bacia. Estes países da costa do Pacífico — todos os membros do Grupo Andino — foram atraídos para o Pacto Amazônico pelo espetacular progresso econômico e industrial brasileiro e pelo desejo de incrementar sua tecnologia.

A ROTA VULNERADA

A tecnologia pode alterar as relações geopolíticas. Assim como os aviões de longo alcance, as armas nucleares e os mísseis balísticos intercontinentais negaram temporariamente a arte dos geopolíticos no período imediato do pós guerra, também a construção do Canal do Panamá, da rodovia Transamazônica e da Perimetral Norte alteraram radicalmente o equilíbrio geopolítico de Bacia Amazônica. Da mesma forma que o Canal do Panamá forneceu aos Estados do Pacífico da América do Sul espanhola uma rota aquática direta para o Atlântico e para suas até então inacessíveis terras a leste dos Andes, esta rota foi vulnerada em 1974 pelos Acordos

Provisórios de Kissinger e pelos subseqüentes Tratados Carter-Torrijos de 1977 e 1978, pelos quais os Estados Unidos prometeram transferir a operação do Canal para os panamenhos. O Peru e o Equador, com cerca de 40 e 50% respectivamente de seu comércio marítimo dependendo do Canal, serão fortemente afetados pelo aumento das taxas ou especialmente por seu fechamento. Em vista disso, as repúblicas costeiras do Pacífico começaram a olhar o Amazonas como uma saída para o Atlântico, bem como para a rodovia Transamazônica. Esta inflexão em direção do Brasil fraturou o Grupo Andino e conduziu os países fronteiriços da Bacia Amazônica para a órbita brasileira. A princípio, a Venezuela resistiu, mas em novembro de 1977 o presidente Carlos Andrés Perez não apenas aderiu ao Pacto Amazônico como também anunciou seu apoio ao programa nuclear brasileiro.

A surpreendente iniciativa do presidente Andrés Perez assinalou o fim de três duradouras situações: 1) do relacionamento especial entre Venezuela e Estados Unidos; 2) da tentativa dos países do Pacto Andino de estabelecer uma aliança econômica antibrasileira; 3) do estabelecimento de um eixo Argentina-Venezuela. Geopoliticamente, o lance marca o início da continentalização da Venezuela. Anteriormente, a Venezuela esteve fortemente integrada ao concerto do Caribe, dominado pelos Estados Unidos; agora que parece procurar cooperação com o Brasil, ela escorrega para o sistema sul-americano.

O desengajamento da Venezuela com relação aos Estados Unidos começou com a fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, em 1960; e foi acentuada no ano seguinte pela frustrada invasão de Cuba na Praia Girón. O nacionalismo venezuelano, reforçado pelos petrodólares, acelerou a separação. A formação do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) em 1974-75, o reconhecimento diplomático de Cuba em 1975 e a nacionalização das companhias americanas de minério de ferro e petróleo em 1974 e 1975 completaram o colapso da conexão Caracas-Washington.

Muitos dos movimentos de afastamento de Washington e de aproximação do Terceiro Mundo começaram durante a presidência de Rafael Caldera (1969-74). Em fevereiro de 1973, Caldera visitou seis capitais da América do Sul Espanhola, num esforço para estabelecer uma frente antibrasileira e, no ano seguinte, levou a Venezuela para o Grupo Andino. A missão de Caldera junto às nações de fala espanhola foi promovida, em parte, pelo crescimento econômico do Brasil, pela construção da rodovia Transamazônica, pela projetada Perimetral Norte, pela construção de aeroportos e de instalações militares em Roraima, pela movimentação da população da capital territorial de Boa Vista e subseqüente penetração em direção à fronteira venezuelana. O encontro entre os presidentes Caldera e Geisel na cidade fronteiriça de Santa Elena de Uaiiren, em 1973, contribuiu muito pouco para a redução das tensões. Mesmo a decisão conjunta de pavimentar a rodovia Manaus-Boa Vista-Santa Elena-El Tigre-Caracas, em construção, apenas exacerbou os temores venezuelanos.

A visão venezuelana de deter a liderança da América espanhola estava, entretanto, previamente fadada ao fracasso. Faltavam os fatores geopolíticos de

espaço, população e política. Além do mais, as contradições inerentes do Grupo Andino obstavam qualquer cooperação a longo prazo entre os estados-membros. A conexão Buenos Aires-Caracas revelou-se quimérica. Juan Domingo Perón, que havia considerado uma aliança antibrasileira com a Venezuela durante sua primeira presidência (1945-55), morreu um ano depois de seu retorno a Buenos Aires, em 1973, e a coalizão de Caldera fracassou. O subsequente governo militar de Jorge Videla (a partir de 1976) procurou lançar a Venezuela e o Peru em uma aliança antibrasileira, mas em 1976 já era muito tarde. A Venezuela encontrou-se cercada a Oeste, Norte e Leste por repúblicas pró-castristas — Panamá, Jamaica e Guiana, e ligada ao Brasil pelo crescente intercâmbio econômico e pela rodovia Manaus-Caracas. Diante da escolha entre os decadentes anglo-americanos, os castristas do Caribe ou os cada vez mais poderosos e independentes americanos portugueses, Andrés Perez escolheu os últimos. Com a adesão venezuelana ao Pacto Amazônico, o Brasil pôde suspender com segurança as suas iniciativas na Bacia Amazônica. O tempo estava a seu lado.

O Brasil possui cinco poderosas armas em sua rivalidade com a Argentina pela supremacia na Bacia do Prata — afinidade ideológica, penetração econômica, inovação tecnológica, superioridade demográfica e diplomacia hidrelétrica. A proclamação do presidente Castello Branco a respeito das fronteiras filosóficas do Brasil em 1965, coincidindo com as atividades esquerdistas na Bolívia, Paraguai e Uruguai, ajudaram o Brasil a penetrar nesses três países, que antes mantinham estreita associação com a Argentina. Este avanço ideológico foi acompanhado pela expansão econômica que correspondeu a uma época de confusão e retração na Argentina (1971-76). Na medida em que a Argentina se tornava introspectiva, o Brasil precipitou-se no vácuo de poder na Bacia do Prata e firmou uma série de acordos com a Bolívia (Cochabamba, 1974, Brasília, 1977), Paraguai (Assunção, 1971, 1973, 1975) e Uruguai (Rivera, 1975), os quais trouxeram esses antigos protetorados portenhos para uma nova parceria política e econômica. A integração econômica foi ainda mais acentuada após 1974 com a introdução de uma inovação tecnológica — os corredores de exportação.

GEOGRAFIA E DESTINO

Buenos Aires sempre acreditou na geografia como destino. A posição de seu porto sobre a boca do complexo fluvial Paraguai-Paraná parecia assegurar a liderança da Argentina no Rio da Prata. A posição de Buenos Aires como ponto focal do sistema ferroviário não apenas da Argentina, mas também do Paraguai e Bolívia, parecia garantir o continuado controle portenho. Mas o assoreamento do porto aumentou, surgiram os navios-container e os super-cargueiros e, a despeito da dragagem extensiva do rio, Buenos Aires foi superada por três corredores de exportação brasileiros. Estes três funis, que já haviam sido sugeridos por Mário Travassos em 1930, vão na direção Leste, da Bacia do Prata para as águas profundas do Atlântico. A primeira rota leva da mesopotâmia argentina, através do Uruguai e do Rio Grande do Sul, à bafa do Rio Grande. O segundo corredor liga o Chaco, Paraguai,

Misiones, Santa Catarina e Paraná ao porto de Paranaguá. O terceiro eixo de exportação avança da Bolívia para o Leste, via Corumbá, Campo Grande e São Paulo para a saída atlântica de Santos. Assim, o porto de Buenos Aires, de águas rasas e assoreado, tornou-se obsoleto, e a Geografia foi dominada pela moderna tecnologia. Bolívia, Paraguai e Uruguai foram jogados na órbita do Brasil e os brasileiros realizaram seu velho sonho de ganhar uma fronteira natural com o rio da Prata.

A superioridade demográfica acentuou o avanço ideológico, econômico e tecnológico do Brasil. Quase dois terços da população brasileira de 116 milhões de pessoas vive no Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) e Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Dado um índice anual médio acumulado (1960-75) de 2,8%, estima-se que a população brasileira ultrapassará os 200 milhões por volta do ano 2.000. Ao menos metade destas pessoas estarão concentradas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ao longo das fronteiras do Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. Nenhuma destas nações tem uma base demográfica comparável ou um índice de crescimento (a população uruguaia é de 2,7 milhões, com uma taxa de crescimento demográfico de 0,7%; Argentina, 25 milhões e 1,5%; Bolívia, 5,6 milhões e 2,6%; e Paraguai, 2,6 milhões e 2,9%) capaz de igualar o colosso brasileiro. No caso do Uruguai, Argentina e Bolívia, mas de metade da população total está concentrada distante das fronteiras, em torno da capital nacional e dos portos principais (Uruguai e Argentina) ou (no caso da Bolívia) nos Andes. Os índices superiores de procriação dão aos brasileiros a preponderância demográfica. Parece certo que os brasileiros seguirão seu método tradicional expansão indireta — infiltração, colonização e integração.

Apenas no caso dos recursos energéticos a Argentina tem uma vantagem sobre o Brasil. Desde 1973, o Brasil tenta desesperadamente voltar-se para fontes alternativas — hidrelétricas e energia atômica. Buscando maximizar o potencial do Alto Paraná, os brasileiros construíram uma série de represas que culminaram no acordo com o Paraguai para o projeto conjunto de Itaipu. A Argentina, que tem seus próprios planos de aproveitamento do rio em Paraná Médio, Yaciretá e Corpus, protestou, mas o milagre econômico brasileiro e a agressiva atitude do chanceler Antônio Azeredo da Silveira com relação às queixas argentinas de que Itaipu comprometeria Corpus, e seus energéticos esforços para levar o Paraguai a mudar sua frequência elétrica de 50 para 60 ciclos por segundo de forma a integrar sua rede de distribuição com o sistema brasileiro e a padronizar os geradores de Itaipu, arrasaram todos os obstáculos. Apenas quando a Marinha argentina assumiu a direção da política externa é que começou um esforço concentrado para recompor o equilíbrio de poder na Bacia do Prata.

A Marinha argentina tem uma doutrina estratégica. Esta política foi formulada pelo almirante Segundo R. Storni em 1918 e tem dominado o pensamento naval argentino desde então. Baseando sua análise em Mahan, Friedrich Ratzel, Camille Vallaux e Herman Beythien, Storni salientou que uma vez que a Argentina depende de importações e exportações, deve manter abertas para a Europa as suas

linhas marítimas de comunicação (SLOC). Em consequência, as relações com seus vizinhos podem ser vistas da seguinte forma:

Brasil: Paz e políticas paralelas entre o Brasil e seus vizinhos de língua espanhola.

1) O Brasil fica a cavaleiro das SLOC argentinas com a Europa e a costa leste da América do Norte, dominando 2.000 milhas desde o Rio Grande do Sul até a ilha de Fernando de Noronha.

2) Brasil e Argentina partilham o mesmo complexo fluvial Paraná-Paraguai, que Storni via como uma mera extensão do Atlântico.

Uruguai: Status de Estado associado; no máximo, neutro, e jamais hostil.

1) O Uruguai partilha o estuário do Rio da Prata e pode cortar as SLOC argentinas com facilidade. O Canal Índio é particularmente vulnerável.

2) O Uruguai confronta Buenos Aires, a capital e o principal porto argentino.

Chile: Amizade e uma possível e eventual confederação.

1) O Chile partilha o controle dos Estreitos de Magalhães, a passagem para o Pacífico. Uma possível mas não desejável causa para disputa.

2) O Chile monitora as SLOC argentinas para o leste Asiático e a costa oeste da América do Norte.

3) O interesse da Argentina no Pacífico aumentará e é mais fácil e mais econômico usar ferrovias através dos passos transandinos para os portos chilenos do que contornar o Cabo Horn por navio.

Peru: Relações amistosas.

Como o Chile, o Peru fica a cavaleiro das comunicações argentinas com a costa pacífica da América do Norte.

Ilhas Falkland: Incorporar à República Argentina este grupo de ilhas de população exclusivamente britânica:

1) Porque a localização das Falkland ameaça não apenas a costa argentina, mas também domina os Estreitos de Magalhães e o Cabo Horn.

2) Storni, escrevendo em 1916, anteviu que o valor comercial e estratégico das Falkland declinaria com a abertura do Canal do Panamá (1914). Entretanto, uma vez que o futuro controle do Canal do Panamá é questionável, o valor estratégico destas ilhas está agora próximo ao seu *status* anterior a 1914.

Storni também delineou algumas diretrizes para o desenvolvimento interno da Argentina, que capacitariam o país a defender seus interesses nacionais e a realizar seu plano potencial.

Bases navais: Base principal em San Clemente de Tuyú, que fica exatamente ao sul do ponto extremo setentrional do Cabo San Antonio.

Base secundária em Deseado, na Patagônia.

Instalações em Bahía Blanca, Port Madryn no Golfo Nuevo, Rio Gallegos e Thetis na extremidade oriental do Cabo Horn.

Indústria: Desenvolvimento de estaleiros e de serviços de reparos, expansão da marinha mercante e de uma moderna frota pesqueira.

Infra-estrutura: Uma ferrovia correndo a partir de Buenos Aires, paralela aos Andes, através de todo o comprimento da Patagônia.

DIPLOMACIA MILITAR

Nas visões geopolíticas de Storni pode-se discernir a sombra da Sato, a possibilidade de acomodação com o Brasil, e uma possível confederação de países de língua espanhola no Cone Sul, que poderia contrabalançar a preponderância brasileira no centro da América do Sul.

Inspirados por Storni, os altos comandantes da Marinha tomaram a iniciativa diplomática. O comandante da Marinha Emílio Massera e os ex-ministros César Guzzeti e Oscar Montes, preocupados porque havia apenas três opções abertas à Argentina com relação ao Brasil — submissão, acomodação ou confrontação — procuraram simultaneamente tanto a Sato como a estabilidade. Tentando desarmar a questão de Itaipu, iniciaram contatos diretos, durante junho e julho de 1977, com seus colegas brasileiros — almirantes Geraldo Azevedo Henning e Gualter Magalhães e com o brigadeiro Délio Jardim de Mattos.

Os almirantes argentinos podiam quase ter a certeza de que seriam recebidos favoravelmente. Os militares brasileiros, desanimados com o declínio da determinação norte-americana de enfrentar o desafio comunista e temerosos de que o novo governo de Carter pudesse não apenas tentar romper o acordo nuclear Brasil-Alemanha, mas também fomentar o descontentamento interno pelo apoio dado à oposição sob o pretexto dos direitos humanos, já haviam demonstrado sua vontade de negociar com a Argentina no final de 1976. O rompimento formal de aliança Brasil-Estados Unidos em março de 1977 convenceu ainda mais muitos oficiais brasileiros de que uma acomodação com a Argentina era desejável. A liderança de 20 anos da Argentina no desenvolvimento da energia nuclear, e os esforços determinados mas inúteis do presidente Carter para suspender o acordo atômico Brasil-Alemanha, desempenharam uma indubitável influência no desejo dos militares brasileiros de evitar um conflito com a Argentina.

O almirante Massera deu seqüência à iniciativa de meados de 1977 com uma visita ao presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, em agosto. Em Assunção, os esforços argentinos para manter as opções abertas foram muito habilmente ajudados pelo embaixador Norberto Sergio Novoa.

A questão da frequência elétrica tornou-se um importante tema político, porque o Paraguai está destinado a transformar-se na capital energética do continente — o Kuwait da América do Sul. O Paraguai tem três projetos hidrelétricos conjuntos nas pranchetas de desenho. Seu projeto com o Brasil em Itaipu gerará cerca de 12 milhões de kilowatts. Os dois com a Argentina (Corpus e Yaciretá) produzirão cerca de 3,2 e 3,5 milhões de kilowatts cada. Assim, metade de um total de 18,5 milhões de kilowatts estará à disposição do Paraguai que, por ter pouca indústria, terá

cerca de 9 milhões de kilowatts para exportar. O Brasil padronizou sua frequência em 60 ciclos. A Argentina, Uruguai, Chile, as áreas urbanas da Bolívia e parte do Peru utilizam 50 ciclos. Brasília e Buenos Aires pressionaram Assunção durante setembro e outubro. Então, em novembro de 1977, Assunção anunciou que permaneceria com o sistema de 50 ciclos. A decisão de Stroessner foi momentosa.

A aplicação da Doutrina Storni conseguiu estabilizar temporariamente o equilíbrio de poder na Bacia do Prata. A Marinha argentina anunciou que começaria a construção de um porto de águas profundas em Punta Médanos, no ponto extremo meridional do Cabo de San Antonio, adjacente à base naval proposta por Storni em San Clemente de Tuyú. Este óbvio esforço para resgatar a natural supremacia geográfica argentina no Rio da Prata, e contrabalançar os três corredores de exportação brasileiros, foi seguido de um acordo para auxiliar o Peru e construir um reator nuclear. Simultaneamente a esses projetos, os argentinos prosseguiram suas conversações com o Reino Unido para a aquisição das Ilhas Falkland (contra os desejos dos descendentes dos britânicos, de língua inglesa, que habitam aquelas ilhas), fosse por compra das ações da Falkland Islands Company ou pela anexação direta. Estas iniciativas inspiradas em Storni provavelmente serão seguidas por uma *détente* e uma aproximação com o Chile.

Apesar de inflamada, a controvérsia sobre o Canal de Beagle e as demandas conflitantes na Antártica não são questões sem solução, de vez que os interesses a longo prazo de argentinos e chilenos convergem mais do que divergem. Entretanto, mesmo que todos esses esforços frutifiquem — sociedade com o Paraguai, construção de Yaciretá, Corpus e Paraná Médio, a instalação de um porto de águas profundas em Médanos e a aproximação com o Chile —, a Argentina não sobrepujará o Brasil.

Enquanto isso, Brasil e Bolívia têm estreitado suas relações desde 1964. Durante o regime esquerdista do general Juan José Torres (1970-71), foi despertada a sensibilidade geopolítica brasileira para a localização estratégica de Charcas. Aplicando a doutrina Castello Branco das fronteiras ideológicas, o antigo embaixador brasileiro Hugo Bethlem preconizou a "ocupação protetora" do *heartland*.

O CONTINENTE OSCILA

Simultaneamente, o separatismo aflorou no Beni e em Santa Cruz e a sucessão da Bolívia talvez tenha sido evitada apenas pela queda de Torres. Banzer, com as bênçãos do Brasil, assumiu a presidência em agosto de 1971 e, a partir de então, os contatos entre os dois países aumentaram. Enquanto o socialista Salvador Allende ainda tinha influência no Chile, o Itamaraty apoiou resolutamente a velha procura da Bolívia pela *salida al mar*, e em abril de 1972 os presidentes Garastazu Médici e Banzer conferenciaram em Corumbá a respeito do minério de ferro de Mutun, da exportação de gás de Santa Cruz e de saídas para o Atlântico e Pacífico.

Apesar de os custos de construção de uma usina siderúrgica para transformar o ferro de Mutun em aço, usando o gás boliviano, e da construção da ligação

ferroviária entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba estivessem além da capacidade econômica brasileira, os presidentes Geisel e Banzer assinaram a convenção de Cochabamba em junho de 1974. A implementação deste documento ocorreu em agosto de 1977, quando os dois presidentes se encontraram em Brasília. Com esses acordos sobre minério, gás, petróleo, siderurgia, ferrovias e rodovias, bem como sobre a migração de colonos para os vazios do oriente boliviano, o Brasil adiantou-se na disputa pelo controle de Charcas. Esta vantagem foi aumentada pela implementação do Pacto Amazônico, o qual por sua vez foi desencadeado, em parte, pelo iminente colapso do poder dos Estados Unidos em outra importante área estratégica da América Latina — o Caribe.

É sentimento geral que a retirada dos Estados Unidos do Canal do Panamá prefigura o abandono de Gantnamo e a independência de Porto Rico. A Cuba de Castro, apoiada pelos soviéticos, e o Brasil aliado à Venezuela estão movendo-se para o vácuo de poder do Caribe, criado pela contração da presença dos Estados Unidos. Embora Castro tenha falhado em subverter a periferia do Caribe durante a década de 1959-69, ele tem tido notável sucesso desde então, trazendo para o socialismo o Panamá, Jamaica e Guiana. A Cuba comunista, agindo por procuração dos soviéticos, aspira ao controle do Caribe. Este desafio levou o Brasil à arena.

A progressão brasileira para as praias setentrionais da América do Sul é defensiva. Os geopolíticos brasileiros originalmente consideraram o "Novo Mundo Mediterrâneo" dentro da esfera de influência norte-americana. Esta concepção permaneceu válida enquanto perdeu a aliança Brasil-Estados Unidos e a liderança mundial norte-americana. Com a retirada dos Estados Unidos para a "Fortaleza Americana", a proposição perdeu sua validade. Conseqüentemente, o Brasil ampliou o trecho Manaus-Boa Vista da rodovia Transamazônica e a Perimetral Norte, rumo norte, para Georgetown, na Guiana, e Caracas, na Venezuela, para ajudar na contenção do desafio. Esta ameaça comunista ao Caribe também esfriou o ardor venezuelano de empregar o Pacto Andino como um rival ao poder brasileiro e jogou a Venezuela na direção da Amazônia e da cooperação com o Brasil.

Quatorze anos depois da apresentação original de "Fatores Geopolíticos da América Latina", tanto o mar do Caribe como o *heartland* de Charcas continuam os centros de uma luta titânica. Em 1964, "a ocupação soviética de Cuba sacudiu, mas ainda não quebrou, a hegemonia ianque no Novo Mundo Mediterrâneo". Agora, em 1979, depois do assustador crescimento do poder marítimo soviético e da intromissão russa nos 14 pontos marítimos cruciais, da vitória comunista no Sudeste Asiático e do desmoronamento geral da vontade e dos desígnios dos Estados Unidos, o controle do Caribe está sendo disputado por uma combinação soviético-cubana e por uma coalizão brasileiro-venezuelana, assim como por nações isoladas como a Nicarágua, que controla a única rota viável para um canal que atravesse o istmo da América Central, ao lado do Paraná. Além disso, como predisse em 1964, "os comunistas, tendo conseguido o controle da chave do Caribe, tentarão "concentrar seus esforços para conquistar a chave da América do Sul — a Bolívia".

"Desequilibrando-se, o continente oscila com a luta de vastas superpotências em potencial, brigando pela conquista do pivô"; mas estas oscilações estão

se estabilizando. Na medida em que o equilíbrio de poder se inclina para o Brasil, a Argentina procura a acomodação. Estamos presenciando o fim das condições criadas pelos Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso de 1750 e 1777, os quais atribuíram a Bacia Amazônica para Portugal e a Bacia do Prata para a Espanha. Assim como no século XVIII o desafio britânico à América do Sul convenceu as duas coroas que deveriam cooperar, o perigo representado pela Rússia soviética está estimulando as nações portuguesa e espanholas da América do Sul a assumir um padrão mais estreito de cooperação econômica, política e possivelmente até militar.

(Transcrito de "O Estado de São Paulo")

Notas

- (1) Heartland é uma grande área geográfica que dá à nação que a controla decisiva vantagem estratégica em qualquer luta pelo domínio regional ou mundial.
- (2) Charcas, ou Alto Peru, era o nome pelo qual a região onde hoje se situa a Bolívia foi conhecida do século XVI ao século XVIII.
- (3) Rimland são as regiões marginais ao heartland, em forma de amplos semi-círculos, e acessíveis aos povos marítimos.